



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

A empresa **BPMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ nº **44.119.251/0001-65**  
**R LAURIVAL VIEIRA, 234, BARREIROS, SÃO JOSÉ, CEP: 88.117-451- SC, IE**  
**261396684**, Email: **licitacao@bpmaq.com.br**, Telefone **(48) 3094-0412**,  
representante legal o(a) Sr(a)**PAULO DE TARSO SANTOS JUNIOR**, Carteira de  
**Identidade nº5948551 CPF nº09105586984**, por intermédio de seu  
representante legal infra assinado, com fundamento no §2º, do Art. 41, da  
Lei nº 8.666/93, vem tempestivamente, IMPUGNAR, o edital em epigrafe, em  
razão de incompatibilidade do prazo de entrega, com os prazos praticados  
no mercado, violando-se assim os princípios da isonomia e competitividade.

### DOS FATOS

A Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas abriu processo  
licitatório para o [fornecimento] de [Compressor de ar], com prazo máximo  
para protocolo da proposta e habilitação marcados para as 09h30min do  
dia 21/03/2025.

A IMPUGNANTE, com interesse em participar da licitação, obteve o  
edital em questão, no momento de preparação da proposta deparou-se  
com flagrante ilegalidade do procedimento licitatório, que intenta adquirir





o objeto com prazo máximo de entrega de 15 dias corridos, o que possui a potencial de frustrar a competitividade justa e leal no certame.

O edital estabelece no item PRAZO DE ENTREGA: as regras relativas à entrega do objeto, conforme segue:

**“1.9. O prazo é de 15 dias corridos a partir da data do empenho.**

**Consultamos diversos fornecedores dos equipamentos, e não conseguimos encontrar nenhum que atendesse ao prazo solicitado pelo edital. Considerando que ainda se faz necessário o prazo razoável para transporte do objeto até A Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, é evidente que o prazo solicitado não é razoável e não reflete a realidade de mercado.**

**O objeto deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se, evidentemente, as características irrelevantes e desnecessárias, que têm o condão de restringir ou frustrar a competitividade.**

A flexibilização do prazo de entrega face a realidade atual do mercado viabilizará a participação de inúmeras empresas que possuem condições de fornecer o objeto do certame com preço justo e com a qualidade necessária e, por conseguinte, a competitividade, bem como não trará qualquer prejuízo à esta Administração





Desta forma, fica evidente o desrespeito as normas que regem o procedimento licitatório estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente, e também ao princípio máximo do atendimento ao interesse público, uma vez que a especificações e prazo de entrega deve ser considerado a traduzir a realidade de mercado. **Logo, o prazo mínimo a ser considerado deve por esta municipalidade deve ser de no mínimo 30 dias.**

A Administração exige que o objeto seja entregue no prazo de 15 dias corridos, entretanto o período indicado é insuficiente para realizar a entrega do equipamento. **Não se trata de item de série, pois será fabricado conforme medidas solicitadas pelo termo de referência, e também não podemos deixar de mencionar o período de transporte que podem variar de acordo com o local de sede da empresa licitante.**

Listamos os seguintes itens que devem ser considerados:

- Recebimento do material para fabricação, em torno de 5 à 10 dias;
- Fabricação dos itens, em torno de 5 dias, considerando uma quantidade razoável de unidades a serem entregues;
- Pintura, secagem e embalagem 5 dias;
- Transporte, de acordo com a localização da impugnante 5 à 10 dias;

Pois bem, verificados os pontos acima, prazo adequado, que compreenderia a participação de diversas empresas e atenderia ao





princípio da ampla concorrência é de 30 (trinta) dias, abrangendo diversas regiões, não apenas empresas próximas do local de entrega, o que caracteriza tratamento dispare entre as empresas e limita a competição, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado.

Ressalto que ao estabelecer um prazo ínfimo caracteriza-se o direcionando a fornecedores/fabricantes direto do equipamento, em razão de conter materiais a pronta entrega, contudo nem sempre esta é uma realidade, pois alguns equipamentos são fabricados no momento do pedido, o que mais uma vez demonstra cabalmente a necessidade de um prazo adequado para entrega, atendendo aos requisitos de qualidade, eficiência, para atender o Órgão em suas necessidades.

De fato é evidente que existe equívoco na elaboração do termo de referência. Entretanto, para que administração possa adquirir um produto objetivando a contratação da proposta mais vantajosa, se faz necessário a instauração de ampla concorrência, considerando, e possibilitando a participação diversas no processo licitatório.

Inobstante reconhecido esmero de todos servidores desse órgão licitante, porém, é evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com proposta vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no Art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, descrita abaixo:





Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifos de nossa autoria)

O prazo de cumprimento é demasiado exíguo e resulta em diminuição da concorrência. Traz à baila manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em que assim se posiciona:





“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

No mesmo sentido, colaciona-se julgado do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso que corrobora tal entendimento e aplicável ao caso análogo, in verbis:

Acórdão nº 13/2015-TP Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços, para atendimento da frota municipal, prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir





as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2015-TP. Julgado em 24/02/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 13/03/2015. Processo nº 17.880-2/2014)

O inciso I do art. 40 da Lei 8.666/93, discorre sobre a definição do objeto da licitação, ressaltando a importância de o termo de referência ser confeccionado de clara e sucinta, baseando-se em padrões de mercado.

“Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

II - Prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;”





As licitações têm por essência buscar sempre o melhor negócio a Administração Pública, como aos licitantes interessados, sendo assim, deve ser admitida a presença de impedimentos para que possa ocorrer a competição e seleção da melhor proposta entre os licitantes.

A definição do prazo da entrega é uma ação discricionária do órgão, e será estabelecida em conformidade com as necessidades que deverão ser atendidas.

Por outro lado, essa definição não poderá estar em desconformidade com as práticas de mercado em relação ao produto, pois o art. 15 da Lei de Licitações, em seu inciso III, estabelece que as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

Sendo assim, caso o órgão disponha em edital prazo de entrega do material impossível de ser cumprido pelas práticas de mercado, tal edital deverá ser objeto de impugnação.

Esclarecido nas necessidades da reformulação do termo de referência do objeto da licitação e para que o procedimento licitatório atinja o seu fim útil, é imprescindível que a administração atue com observação dos dispostos legais supracitados e altere o prazo de entrega para no mínimo 30 dias.

## **DO PEDIDO**







Em face do exposto, requer que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito para:

- Reformular o termo de referência, alterando-se o prazo de 15 dias corridos, para no mínimo 30 dias; visando a obtenção da proposta mais vantajosa;
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado o vício apontado reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme inciso V, do Art. 4º, da Lei 10.520/02

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.





São José, 17 de Março de 2024.  
Atenciosamente,  
Representante Legal/Responsável pelo Contrato

PAULO DE TARSO SANTOS JUNIOR  
CPF: 091.055.869-84  
RG: 5948551 – SSP/SC  
PROPRIETÁRIO

**44.119.251/0001-65**  
BPMAQ EQUIPAMENTOS LTDA  
RUA DOM PEDRO II, 440  
CEP: 88.101-320 – CAMPINAS  
SÃO JOSÉ - SC



---

**PE N 082025 / 6587**

3 mensagens

---

**logistica@bpmaq.com.br** <logistica@bpmaq.com.br>  
Para: comprasfflch@usp.br, svgfflch@usp.br

17 de março de 2025 às 17:57

Prezados, Boa tarde.

Encaminho através deste uma solicitação de alteração no prazo de entrega.

Desde já agradeço à compreensão.

Att.

Setor de licitações

---

 **IMPUGNAÇÃO.pdf**  
157K

---

**comprasfflch USP** <comprasfflch@usp.br>  
Para: [logistica@bpmaq.com.br](mailto:logistica@bpmaq.com.br)  
Cc: [svgfflch@usp.br](mailto:svgfflch@usp.br)

18 de março de 2025 às 15:25

Prezados

Mensagem recebida e será analisada.

João Carlos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Serviço de Compras  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP  
Rua do Lago, 717 - sala 151 - CEP 05508-080  
CNPJ 63.025.530/0016-90  
Insc. Est. - Isenta  
Telefones - 3091-5055, 0417, 5030, 4641, 5060, 4842, 0416, 4690 e 4709

---

**comprasfflch USP** <comprasfflch@usp.br>  
Para: [logistica@bpmaq.com.br](mailto:logistica@bpmaq.com.br)  
Cc: [svgfflch@usp.br](mailto:svgfflch@usp.br), [financasfflch <financasfflch@usp.br>](mailto:financasfflch@usp.br)

18 de março de 2025 às 16:09

Prezados

Consideramos e entendemos as razões apresentadas, contudo, da mesma forma não vemos motivo para seguir com a impugnação.

Tal solicitação tem base no prazo de entrega, o qual o reclamante diz ser impossível atender:

"Consultamos diversos fornecedores dos equipamentos, e não conseguimos encontrar nenhum que atendesse ao prazo solicitado pelo edital."

Se sagrando o vencedor da licitação e mediante a comprovação da informação, é possível pedir extensão do prazo de entrega, que dentro dessa situação será aceito sem nenhum problema.

A comprovação pode ser feita com a apresentação das simples trocas de e-mail com os fornecedores.

Dessa forma, a Impugnação fica INDEFERIDA, deixando claro a possibilidade da ampla participação de todos.

João Carlos

Em seg., 17 de mar. de 2025 às 17:58, <[logistica@bpmaq.com.br](mailto:logistica@bpmaq.com.br)> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]